



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTOS COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1003/15	DATA: 30/06/2015	
LOCAL: Plenário 16 das Comissões	INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 16h49min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANIVALDO DE MIRANDA PINTO - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF.

SUMÁRIO

Debate sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Deliberação de requerimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.
Houve exibição de documento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Boa tarde, Srs. Parlamentares presentes, convidados, assessores e imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão Externa destinada a acompanhar as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido como Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Nós deixaremos a análise e aprovação da ata para o final desta reunião.

Nós também deixaremos a parte do expediente para o final da reunião, mas comunico aos senhores presentes o recebimento de comunicado a respeito da impossibilidade de comparecimento do Diretor da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu, como também do Diretor da Área de Gestão, Dr. Paulo Varela, em virtude de compromissos anteriormente agendados. Posteriormente, nós iremos agendar um encontro com esses convidados.

A Ordem do Dia de hoje está dividida em duas partes. Na primeira, teremos a audiência pública e, na segunda, a deliberação dos requerimentos e a votação da ata.

Vamos dar início à primeira parte.

Para debater sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, atendendo os Requerimentos nºs 13 e 15, de autoria do Deputado Adail Carneiro — que, em virtude de estar numa reunião da Liderança, não pôde comparecer até o momento, mas deverá chegar —, e mostrar o trabalho de revitalização do Rio São Francisco, desde sua nascente na Serra da Canastra, em Minas Gerais, passando pelas populações ribeirinhas, até sua chegada à foz, localizada entre os Estados de Alagoas e Sergipe, e atendendo os Requerimentos nºs 13, 15 e 19, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia e do já citado Deputado Adail Carneiro, convido para a comporem a Mesa: o Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Motta, Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco, representando o Sr. Felipe Mendes, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF; e o Sr.



Anivaldo Miranda, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *(Pausa.)*

Antes de passarmos a palavra aos nossos convidados, nós queremos ressaltar a preocupação de muitos nordestinos com a crise hídrica que a cada dia se instala no Nordeste, de forma agravada para determinados setores, como os da agricultura, da pecuária e da piscicultura. Cada dia mais nós temos que tentar pactuar a obra da transposição do Rio São Francisco e acelerá-la, porque todo dia há um número maior de Municípios em estado de emergência.

Para os senhores terem uma ideia, lá no Estado do Ceará, no Açude Castanhão, 2,5 mil toneladas de peixe morreram em 15 dias, em virtude da necessidade de abertura das comportas do açude para atender à região metropolitana. Isso fez com que houvesse água, efetivamente, para o consumo humano e para a indústria, mas gerou toda essa instabilidade, o que, automaticamente, gera desemprego e problemas econômicos para a região. A situação faz com que nós busquemos, acima de tudo, pactuação e celeridade em relação a isso, sem se falar das outras bacias, como as sub-bacias de Orós e de Pentecoste.

Estamos lutando para que o Ministério normatize também um seguro para os pescadores, porque o agricultor tem o Garantia-Safra, que não se estende aos pescadores. E eles não podem ser beneficiados com os programas sociais, como, vamos supor, o Bolsa Família ou algum outro programa social, porque já possuem uma profissão.

Então, existe toda essa vulnerabilidade que hoje o Nordeste brasileiro está vivendo a partir de momentos como esse. A mesma coisa ocorre em relação aos demais temas.

Então, já iniciando os nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Eduardo Jorge de Oliveira Motta.

V.Exa. tem um prazo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Quem vai falar será o Anivaldo, não é? Eu troquei a ordem.



O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco é quem vai fazer a exposição, a fim de que nós possamos também, na parte conclusiva, verificar efetivamente com quais ações esta Comissão poderá contribuir.

Com a palavra o Dr. Anivaldo.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO - Boa tarde.

Na pessoa do Deputado Raimundo Gomes, Coordenador desta Comissão, eu quero saudar a todos os presentes.

Nós agradecemos o convite que foi feito. Sem dúvida, é sempre alentador verificar que esse assunto, cada vez mais, atrai a atenção e o interesse do Parlamento brasileiro. De fato, esse é um problema bastante complexo, e vamos precisar de muita reflexão para conduzir a busca pela solução desse problema de forma satisfatória para todos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Não vou usar muito esse recurso, apenas quero apresentar um eslaide para falar sobre a Bacia do São Francisco.

A bacia envolve uma parte bastante diminuta do Distrito Federal e do Estado de Goiás. Mas, basicamente, ela está inserida no território dos Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O rio nasce em Minas Gerais e tem sua foz entre os Estados de Alagoas e de Sergipe.

Trata-se de uma bacia que, dentre as grandes bacias brasileiras, tem a missão, digamos assim, mais desafiante, porque o Rio São Francisco, que é o seu principal curso d'água, tem a tarefa de atravessar o Semiárido brasileiro, praticamente 1 milhão de quilômetros quadrados de região bastante árida, e tem também o desafio de representar 70% da disponibilidade hídrica da Região Nordeste, além evidentemente de ser importante para a região semiárida de Minas Gerais e de atender a usos múltiplos. Não por acaso o Rio São Francisco é chamado de "Rio da Integração Nacional".

Essa situação específica requer, desde já, apesar dos contornos da atual crise hídrica que agora começou a afetar outras regiões, principalmente grandes bacias, como a do Rio Paraíba do Sul, no Sudeste brasileiro, que o primeiro olhar sobre a Bacia do Rio São Francisco seja no sentido de que ela merece, da parte de todos os que interagem com ela e do próprio País, um tratamento diferenciado. Essa



consciência da necessidade de dar um tratamento diferenciado a essa bacia ainda não existe, e nós vamos ver isso no decorrer da nossa exposição. E nós pretendemos fazê-la de forma bastante concisa, porque os assuntos são muitos, mas pelo menos vamos ter oportunidade de apresentar um cenário sobre a Bacia do São Francisco.

Trago algumas palavras breves sobre o Comitê de Bacias.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica — no caso, falaremos sobre o Comitê da Bacia do Rio São Francisco — estão previstos na Lei nº 9.433, de 1997, a Lei Nacional das Águas, e fazem parte da base da pirâmide do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

São entes públicos de caráter novo, porque não se pode defini-los nem como associação civil nem como órgão público, muito menos como empresa usuária de águas. Não são nada disso e, ao mesmo tempo, são tudo isso, porque o Comitê é um colegiado, uma espécie de parlamento das águas, onde todos os usuários, representantes da sociedade civil e principalmente órgãos de governo, em todos os três níveis — União, Estados e Municípios —, ali estão representados, além de haver a representação de povos tradicionais, de empresas grandes e médias, de usuários de toda ordem, de associações civis, de universidades, etc.

Isso é importante porque, como colegiado, o Comitê não tem sequer CNPJ, não tem pessoa jurídica. As suas ações práticas são feitas através de agências de bacia, que também estão previstas na lei, mas ainda não foram criadas.

Há uma solução intermediária, na medida em que associações civis de gestão de bacias se apresentam em processos de concorrência pública para fazerem as vezes de associações com funções delegatárias de agências de bacia. Isso é importante porque até hoje os Comitês são arranjos de política participativa que ficaram pela metade.

Há muita gente que começa a querer questionar a Lei Nacional das Águas — que, a meu ver, é uma das leis mais felizes que o Brasil já aprovou — antes de questionar se realmente foram dadas as condições para que essa lei saísse do papel. Na verdade, ela saiu pela metade ou nem pela metade, porque muitos dos instrumentos previstos na lei que dizem respeito à gestão dos recursos hídricos neste País não saíram do papel.



Os Comitês, por exemplo, têm 39 atribuições, entre as quais cito: cadastrar, fazer cobrança da água, enquadrar os corpos hídricos, atuar como primeira instância para resolver os conflitos sobre a água. E há mais uma infinidade de atribuições. Somente uma parte muito minúscula disso os Comitês conseguem fazer, porque, na realidade, como as agências de bacia não foram criadas com a musculatura necessária para enfrentar esse desafio, é claro que a aplicação dos princípios da lei e a estruturação de um sistema efetivo e eficiente de gestão de recursos hídricos no Brasil está muito longe de ser uma realidade.

Falando em realidade, lembro que a crise hídrica que se aprofunda com o processo de mudanças climáticas não vai esperar, evidentemente, que o Estado brasileiro e a própria sociedade brasileira, as instituições e a iniciativa privada tomem consciência de que é preciso acelerar, de fato, a construção desses instrumentos.

Inclusive, um dos problemas da grave crise hídrica que hoje atinge bacias do Sudoeste e sobretudo do Nordeste é o fato de que a ausência dos instrumentos de gestão hídrica não só acelera como agrava essa crise. E não haverá outra saída para essa crise no futuro, se não houver imediatamente, digamos, um choque enorme de gestão de recursos hídricos. Isso vai transformar-se em exigência, um pouco mais adiante.

Nós não temos mais muito tempo no Brasil para ficarmos conscientes de que o desafio agora é para valer. Não podemos mais ter sistemas de outorga, que de fato não funcionam. Grande parte das outorgas neste País são dadas no escuro. Nós não temos um sistema de pesquisa e de estudos científicos que, de fato, avalie a intensidade das demandas que se estão fazendo sobre os nossos aquíferos. Eu falei das outorgas, mas nós também não temos instrumentos como, por exemplo, um cadastramento eficiente de usuários. E não temos também a explicitação de planos de bacia que realmente possam servir de orientadores para que se administre a questão da água com a seriedade que o problema exige hoje.

Muitos Estados, evidentemente, têm suas próprias políticas de outorga e de enquadramento de corpos de água, órgãos que fazem a fiscalização sobre o uso da água e tudo o mais, mas cada Estado apresenta um perfil diferente do outro. Uns



são um pouco mais eficientes, outros menos, mas todos estão muito atrasados em relação a essa questão.

E nem sempre a política de gestão de recursos hídricos aplicada por um Estado é de conhecimento do próprio Estado vizinho, porque não há uma interação de esforços conjugada, com sinergia, com transversalidade, para fazer isso de forma eficiente. Há outorgas dadas pela União, há outorgas dadas por Estados, um Estado não dialoga com o outro; e a gestão de bacias federais com a dimensão, por exemplo, da Bacia do São Francisco, da Bacia do Paraíba do Sul, da Bacia do Rio Doce, etc., evidentemente se atrasa por falta dessa conjugação de esforços.

Sobre a obra da transposição, todos sabem que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, por meio de sua maioria, foi bastante crítico em relação à concepção do projeto da transposição. O Comitê, diferentemente do que se noticiou no tempo do ardor daquela polêmica, nunca foi contra a ideia de transpor águas para o Nordeste setentrional. A polêmica se deu exatamente sobre a concepção do projeto. E, *grosso modo*, o Comitê continua sendo um crítico daquele projeto, mas compreendeu que, agora que as obras estão bastante avançadas e bilhões de dinheiro público já foram aplicados, a posição do Comitê deveria ser aceitar participar do Conselho Gestor da Transposição, com alguns objetivos muito claros.

Como o Comitê representa os usuários dos Estados da bacia doadora, que é a Bacia do São Francisco, o grande papel do Comitê é, em primeiro lugar, reivindicar que os Estados da bacia doadora também façam parte do Conselho Gestor da Transposição. Por quê? Porque é muito melhor estarmos juntos, discutindo problemas comuns, do que deixar, num contexto de crise hídrica futura, que poderá haver, prosperarem conflitos que podem preventivamente já serem melhor equacionados, digamos assim, exatamente num espaço como é o do Conselho Gestor.

Eu digo isso porque recentemente, na crise do Paraíba do Sul, os Governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro tiveram que se entender. Eles tinham posições contraditórias, e isso é inevitável. Quando se tem recurso com limitação de uso, não há outro caminho senão o do diálogo, para se resolverem as questões. Por isso, eu acho que os Estados da bacia doadora deveriam participar.



O Comitê participa, em primeiro lugar, para assegurar que os termos da outorga dada para os canais da transposição sejam rigorosamente respeitados. Em segundo lugar, o Comitê está ali para colaborar, para que haja o uso racional dessa água não só na água da Bacia do São Francisco, mas também na água que é transposta para outras bacias. Em terceiro lugar, nós estamos lá para tornar cientes os Estados e as populações das bacias receptoras de que agora começam a fazer parte da grande família franciscana, não só para o bônus do recebimento da água, mas também para o ônus da solução dos problemas que a Bacia enfrenta.

Nós estamos diante de um grande desafio de produzir mais água — e água de qualidade. Digo isso porque não adianta nada você ter disponibilidade de água que não tenha qualidade. Então, sobre aquela divisão que houve durante a polêmica do projeto, agora pelo menos se abre uma oportunidade de que Estados da bacia receptora e da bacia doadora e suas populações se unam agora em torno do grande desafio que há para todos, que é a revitalização da Bacia do São Francisco, até porque, sem a revitalização da Bacia do São Francisco, não adianta haver canais, não adianta haver obras complementares, não adianta haver mais projetos de irrigação na Bacia do São Francisco, não adianta ter o Rio São Francisco como um dos grandes suportes do sistema nacional hidrelétrico interligado.

Enfim, nós precisamos fazer o dever de casa porque essa Bacia está muito castigada, e nós já começamos a sentir na pele os sinais de uma grande crise. É preciso que todos se tornem conscientes de que esta crise está se aprofundando. Nós estamos agora no terceiro ano de uma estiagem severa que está obrigando, pela primeira vez, a Agência Nacional de Águas e o IBAMA licenciarem, a pedido do Operador Nacional do Sistema Hidrelétrico, vazões cujo número mínimo foi estimado em 1300, mas, a partir de 2013, já foi para 1100, posteriormente, em 2014, foi para 1000 metros cúbicos por segundo, e hoje, no Diário Oficial da União, foi anunciado que a vazão baixou para 900.

Até o século passado, o Operador Nacional do Sistema Hidrelétrico usava uma equação muito simples: houve muita chuva, aumenta a vazão em Três Marias, em Sobradinho, nos grandes reservatórios que regularizam a água na bacia. Quando havia pouca chuva, diminuía-se a vazão, mas se respeitava aquela vazão mínima de 1300. Resultado: agora nós estamos em outro século e em outra



situação. E aí esta equação singela de aumentar quando se tem muita chuva e diminuir quando se tem pouca chuva já não resolve satisfatoriamente o problema. E isso ocorre por quê? Porque, quando se abusa muito desse parâmetro quantitativo, pode-se disparar outro parâmetro que é extremamente complexo e preocupante que é a qualidade da água.

Todos sabem, e isso é obvio, que, na medida em que se diminuem vazões, diminui-se a capacidade de um corpo hídrico absorver os processos poluentes, sobretudo poluição por esgoto, poluição industrial e etc. Então, todas as vezes em que se diminui vazão, pode-se estar detonando fenômenos indesejáveis que podem atingir, em primeiro lugar — e sobretudo — aquilo que é a prioridade número um da Lei Nacional das Águas: o abastecimento humano. E nós já temos esse problema. Pouco se falou disso, mas já temos esse problema no Lago de Xingó. Lá nós estamos com uma mancha de algas que tem cerca de 32 quilômetros. Há uma polêmica muito grande, porque o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas e a Companhia de Abastecimento de Alagoas creditaram a uma operação de limpeza em um dos reservatórios da CHESF, lá na região de Paulo Afonso, o detonador desse fenômeno, porque deplecionaram o reservatório, e os sedimentos que ali estavam concentrados foram, evidentemente, lançados a jusante, e isso pode ter causado a multiplicação, digamos assim, espantosa dessas algas *ceratium*. Isso está sendo investigado pelo Ministério Público porque a CHESF nega, os órgãos afirmam, mas a verdade é a seguinte: independentemente de isso ter sido a causa direta ou não, a mancha tem relação direta, pelo menos como potencial de dar ensejo a isso, com a diminuição de vazões. Resultado: essa mancha já causou, por duas vezes, a paralisação da captação de abastecimento de água para vários Municípios do agreste do sertão alagoano, e cerca de 200 mil pessoas ficaram lá extremamente assustadas e preocupadas, porque a mancha que era de algas *ceratium* agora já ganhou uma nova conotação, agora está sendo formada por cianobactérias, e com cianobactérias não se brinca. Daí, digamos assim, a grande preocupação que existe entre as companhias de abastecimento.

Quero lembrar, inclusive, outra transposição que existe no Lago de Xingó, a transposição para a cidade de Aracaju e região metropolitana de Sergipe, que está fora da bacia. Trata-se de uma transposição também, porque a água que se bebe na



região metropolitana de Aracaju e em outras regiões de Sergipe vem do Lago de Xingó, e esse problema está nas proximidades. Quando a gente levanta isso nas discussões com o setor elétrico, com Agência Nacional de Águas e com o IBAMA, eles postulam o fato de que a questão da mancha não tem nada a ver com a questão da diminuição de vazões. É difícil de convencer as pessoas — há uma intensa atividade de cientistas hoje estudando esse fenômeno. Eu só estou levantando isso para mostrar aos Estados da bacia receptora o tamanho do problema.

No entanto, o problema não é só esse. A longa estiagem, com a diminuição das vazões — no ano passado, em Três Marias, a vazão caiu de 500 para 80 metros cúbicos por segundo —, já causou nesses 3 anos muitos estragos. Alguns projetos de grande porte de irrigação, até da CODEVASF, como é o Projeto Jaíba, praticamente estiveram a ponto de entrar em colapso. A Prefeitura de Pirapora teve que entrar na Justiça para garantir o mínimo de vazão para captação para abastecimento humano, assim como outras prefeituras de Minas Gerais.

O ano de 2014 foi muito adverso para os usuários de Minas Gerais. A crise, que em 2013 estava em Sobradinho, foi em 2014 para Três Marias e voltou agora para Sobradinho, que está em torno de menos de 20% de seu volume útil — não verifiquei hoje como está a situação dos reservatórios. E, nessa situação, o Operador Nacional do Sistema diz que não haverá condições de chegarmos até novembro, quando começa o novo período úmido, se não praticarmos os 900 metros cúbicos por segundo.

Nós do Comitê estamos fazendo um urgente apelo ao Operador Nacional do Sistema para que encontre, dentro do sistema interligado, alguma situação de alívio que, pelo menos, evite que se baixe para 900 metros cúbicos por segundo, porque, como já falei, os perigos de se detonarem outros fenômenos são muito grandes, além, evidentemente, dos impactos: aumento da erosão das margens e aumento do assoreamento do leito do rio em vários de seus trechos, provocando problemas sérios para a biodiversidade.

Já falei sobre a qualidade da água, mas há outros problemas como, por exemplo, a cunha salina. Entre Alagoas e Sergipe, os Municípios da foz já estão reclamando do fato de que a intrusão da água do mar está se fazendo cada vez



mais volumosa. Quer dizer, são muitos os problemas decorrentes disso. E criam-se também problemas para os outros usos múltiplos, problema para a navegação, problema para a pesca que, de fato, já está praticamente suspensa — o caminho para a extinção é muito claro — problemas para o turismo e para a irrigação.

O grande problema desse drama, contudo, é que a montante dos reservatórios, a população, os usuários querem menor vazão para manter mais acumulação de água, mas quem está a jusante das barragens quer que haja maior vazão. Então, há todo um contexto de conflito já instalado, sobretudo em Sobradinho. E, num contexto como esse, não há outra solução senão administrar isso por meio de um diálogo muito difícil entre quem está a montante e quem está a jusante.

Eu estou falando isso também porque, futuramente, os Estados da bacia receptora da transposição vão viver o mesmo drama, e, se não houver disponibilidade hídrica, nenhuma solução será satisfatória. Nós precisamos urgentemente cuidar disso.

Já arredondando o que foi dito, quero fazer algumas reflexões sobre o que pode ser feito. Em curto prazo, o Comitê tem demandado que para vazões de 900 o setor elétrico procure uma solução que permita, pelo menos, manter os mil metros cúbicos por segundo.

Em segundo lugar, é preciso que os usos múltiplos da água sejam compensados, porque muitos prejuízos estão ocorrendo aos usuários a jusante de Sobradinho, no Submédio, e, sobretudo, no Baixo São Francisco, e até hoje ninguém quis falar sobre isso. Todas as vezes que se fala sobre compensação... As companhias de abastecimento já apresentaram faturas elevadas, são companhias que estão em crise e não podem, evidentemente, arcar com todos esses problemas.

No caso da própria mancha, a atuação do setor elétrico, através da CHESF, tem sido absolutamente insatisfatória para, de fato, ajudar na solução de um problema grave como é aquele que pode se tornar uma tragédia para a saúde pública.

Além disso, o que o Comitê demanda, e não só o Comitê, mas a maioria dos usuários a médio e longo prazo? O Comitê acha que não podemos ficar só com a agenda do assando e comendo. Nós precisamos ter uma agenda paralela. Mudou o



mundo, mudou a época, mudaram as condições não só geopolíticas, mas, sobretudo, físicas do planeta.

Então, numa bacia como a do São Francisco terão que haver mudanças, mudanças que devem começar, sobretudo, pelo modelo e matriz energética. O Rio São Francisco não pode mais ter esse papel determinante no Operador Nacional do Sistema Elétrico — precisamos encontrar alternativas urgentes para aliviar o Rio São Francisco dessa grande obrigação.

Em segundo lugar, os Estados da bacia — sobretudo Minas, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia — precisam dar, digamos assim, uma reviravolta nas suas políticas de recursos hídricos. Os sistemas de outorga não podem mais ser uma coisa, digamos assim, cartorial. Eles precisam ter realidade no contexto da crise hídrica. Não se pode mais ter fronteiras agrícolas, como a do oeste da Bahia em que nem a União e nem os próprios Estados sabem realmente como é o estado daquelas outorgas. Quem é que fiscaliza aquilo? Não é que se vai paralisar aquela atividade econômica, mas a própria atividade econômica em breve futuro poderá entrar em colapso, se não fizermos uso dela. Aquilo está em cima do Aquífero Urucuia.

Os estudos sobre o Aquífero Urucuia ainda são insatisfatórios. O Aquífero Urucuia é fundamental para a descarga de base do São Francisco entre os meses de julho e setembro. Quer dizer, esse aquífero é o coração desse sistema. Então, evidentemente, todos os usuários vão ter que fazer o seu dever de casa — não é só o setor elétrico que merece críticas, mas a própria agricultura, as próprias companhias de abastecimento, os órgãos dos Governos, porque nós precisamos melhorar a qualidade da água.

Então, há problemas de todos os tipos, problemas como o esgotamento sanitário: são 507 Municípios na bacia, são mais de uma centena na calha do São Francisco. Muito pouco se fez pelo saneamento básico.

O nosso Comitê, Deputado, que tem uma arrecadação mínima — seus recursos são numa escala muito modesta —, no ano passado, para fazer uma provocação aos órgãos públicos, contribuiu com a feitura de 26 planos municipais de saneamento básico, e vamos continuar fazendo isso. É importante porque, a partir daí, o Município passa a ter um plano feito com caráter participativo, com certa



qualidade, podendo obter os recursos, porque isso é urgente. É urgente. Não dá mais para diminuir vazão sem haver saneamento básico. Isso é elementar.

Então, o que o Comitê demanda? Além dessa mudança na matriz, achamos que temos que diversificar a matriz com energia eólica, com energia da biomassa, com outras fontes. Além disso, é também fundamental que haja um grande programa de revitalização: recargas de aquíferos, proteção de nascentes em todo o contexto da bacia, fim do desmatamento em biomas fundamentais, como é o bioma do Cerrado e o bioma da Caatinga, que estão desaparecendo. Não dá mais para fazer desmatamentos no bioma do Cerrado — Minas Gerais é a caixa d'água do Brasil. No ritmo que está aí, a crise irá para várias bacias, não só para a do São Francisco, mas também para a dos Rios Paraíba do Sul e Doce, bacias fundamentais para o Brasil. Temos que se tratar com certo carinho a nossa caixa d'água, senão ela vai secar, e aí a solução vai ser o quê? Transposição? Transpor as águas do Tocantins, transpor as águas do Araguaia, transpor as águas do Amazonas? Vai chegar o dia em que vamos querer transpor da Argentina para cá, e vamos os encontrar com os argentinos no meio do caminho, porque eles estarão querendo transpor daqui para lá. No mundo inteiro, transposição é a última das soluções.

Não estou descartando que, no limite, possa pensar-se em soluções, mas essas são soluções com as quais não se deve brincar. A solução deve ser encontrada no contexto da própria bacia.

Sobre o projeto da transposição, é interessante observar o seguinte: enquanto estamos pugnando para que a Bacia do São Francisco mude o seu modelo e sua matriz energética, a Empresa de Pesquisa Energética — EPE já está pesquisando com inventários e com outras coisas — um discurso ainda muito periférico e indireto — 25 locações para novos barramentos, para produzir e aumentar em cerca de 40% a oferta de energia ou, para ser mais preciso, 21 mil megawatts médios. Só na Bacia do São Francisco, seriam cerca de 10 barramentos.

Isso vai exatamente na contramão daquilo pelo que nós estamos pugnando, isto é, para que a situação da oferta energética não recaia numa bacia que já está absolutamente...



Agora, coincidentemente, isso equivale a quase toda a geração da Usina de Três Marias. Se eu não me engano, muitos cálculos durante a polêmica da transposição foram feitos, e o cálculo que se fazia era o de que, para se elevar no eixo norte da transposição a água a 160 quilômetros, o que equivale a um edifício de 55 andares, e no eixo leste a 360 quilômetros, o que equivale a um edifício de 100 andares, seria preciso uma oferta de energia hidrelétrica correspondente à potência de Três Marias.

Então, as coisas não ficam muito claras. A meu ver, é muita coincidência que estejam estudando isso, mas, na época do projeto, não se falou nisso, falou-se que havia disponibilidade — foi isso que se falou —, bem como se falou que, para cada centavo que fosse para a transposição, viria um centavo para a revitalização, esse centavo para a revitalização eu acho que o Tesouro Nacional esqueceu em alguma sala, porque os números da revitalização ainda são muito pobres. É realmente preciso fazermos uma reviravolta.

Eu quero encerrar aqui dizendo que o nosso propósito em relação ao Conselho Gestor da Transposição e aos Estados da bacia doadora sempre foram propósitos de solidariedade — nós todos somos brasileiros. Agora que já passou o período do confronto, eu acho que chegou o período em que é possível fazermos uma grande unidade de forças para realmente apostarmos na revitalização. Do que adianta uma grande obra, uma obra megalômana, caríssima, sem disponibilidade hídrica ou com uma disponibilidade hídrica que só vai oferecer seu potencial máximo em 40% do tempo e, agora, talvez menos ainda?

Finalmente, uma coisa nos chama atenção: o Comitê da Bacia, que foi um crítico da transposição, foi aceito e já faz parte do Conselho Gestor da Transposição, que fez a sua primeira reunião. Nós estamos aguardando que se dê sequência aos trabalhos, pois já faz alguns meses que ele foi instalado. É importante que esse Conselho Gestor — quem está à frente dele é o Ministério da Integração Nacional — comece de fato a enfrentar esses problemas.

No entanto, para o Conselho Gestor da Revitalização, no qual seria mais do que natural a presença do Comitê, o Comitê ainda foi convidado. Já temos, há quase 2 anos, uma proposta para remodelar o Conselho da Revitalização, gestada na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Eu defendo que, no



Conselho da Revitalização, os Estados da bacia receptora também se façam presentes, porque assim se faz uma troca justa, a fim de deixar esses órgãos com musculatura suficiente para resolver estes grandes desafios: não permitir que haja superposição de investimentos, paralelismos, perda de recurso público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Eu creio que a exposição do Dr. Anivaldo é de suma importância para que nós possamos aprimorar toda essa pactuação que está existindo. Há realmente uma lacuna e é necessário que esta Comissão articule intersetorialmente, para não criar falsas expectativas para o povo nordestino.

Há poucos dias, o Ministro esteve no Ceará e garantiu que, até o final do ano, nós não teremos mais nenhum fenômeno como esse. Nós teremos água para consumo humano, teremos água para irrigação, teremos água para a piscicultura. Isso foi há 15 dias. No entanto, vemos uma total dissintonia entre os Estados, entre as estruturas que foram oficializadas para fazer o gerenciamento, o que gera instabilidade e cria expectativas.

A questão da matriz energética — eu até pedi os arquivos do Dr. Anivaldo — é gravíssima. No Estado do Ceará, todas aquelas estações de bombeamento foram construídas, maquinário e tal, tudo pronto, e a empresa responsável por fornecer energia disse: *“Temos que fazer um estudo aqui para ver se há condições de viabilizar energia para tocar esse bombeamento”*. Quer dizer, já se podia ter utilizado alternativas como a placa solar, a energia eólica, isso e aquilo outro. Pelos relatórios já apresentados, só o custo de energia será de 136 milhões de reais. Vemos efetivamente a dissintonia entre a missão do Comitê Gestor, as questões das outorgas e em tudo o mais.

O Governo coloca placas dizendo que a obra está sendo feita. Vemos o ritmo da obra. O Ministro Levy não contingenciou recurso para a obra física. O relatório que nós recebemos da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA é grave. Cito rapidamente: de 95 termos de elaboração de projetos, foram concluídos 13 projetos da parte de saneamento, de implantação de sistema de abastecimento de água. Quer dizer, uma coisa é obra física no canal da transposição, outra coisa é a revitalização, as obras complementares, a questão dos resíduos sólidos, do



saneamento, do abastecimento de água. Esta Comissão vai ter que cobrar das estâncias o real cumprimento da obra, como também a integração dos vários Secretários.

Nós estamos ouvindo os vários Secretários, e eles próprios, com raras exceções, sentem a falta de articulação intersetorial, intergovernamental relativamente à questão. Pode ser que a água chegue lá, mas, e aí, como vai ser a pactuação? Qual vai ser o custo dessa água? Como vai ser operacionalizada sua distribuição? Como o Prof. Anivaldo falou, cada um tem um modelo de gestão dos seus recursos hídricos.

Então, é de suma importância este debate, para que nós possamos acelerar, priorizar, aprimorar essa pactuação.

Passo a palavra para o Dr. Eduardo Jorge, Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Exmo. Sr. Deputado Federal Raimundo Gomes, saudando V.Exa. quero saudar todos os Parlamentares aqui presentes e, em nome da Deputada Raquel Muniz, saudar todas as mulheres aqui presentes.

Gostaria também de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui presente, ao lado do nosso amigo e grande profissional representante da Bacia do São Francisco, o Anivaldo Miranda. Eu tenho a felicidade de conhecê-lo como jornalista, como ex-Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, como Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Esse importante Comitê, a que temos a honra de pertencer, por meio do Ministério da Integração Nacional e da CODEVASF, representa todos os usuários e a sociedade como um todo ao longo da bacia.

Quero também ressaltar a presença aqui do Ministério da Integração Nacional, ao qual nós somos vinculados, por meio do Marco Souza, do José Luiz e da Assessora Parlamentar Paula Costa. Quero também enaltecer a presença da nossa equipe, da CODEVASF, que está preparada para responder a quaisquer indagações que porventura sejam feitas após nossa apresentação: Kênia, Rosângela, Sérgio Henrique, Fabrício, Atadeu e Thiago Brandão.



Dito isso, eu gostaria de pedir permissão para fazer uma breve exposição do tema que vamos abordar aqui, em nome do Presidente da CODEVASF, Felipe Mendes, que temos a honra de representar nesta audiência pública.

A CODEVASF se fará presente não só aqui, neste momento, mas também em qualquer demanda, se necessário, atendendo a todo o anseio da sociedade, em consonância com nossa missão de promover o desenvolvimento regional nas bacias de atuação da CODEVASF, com inclusão produtiva e social.

Peço permissão para fazer uso da palavra de pé, a fim de apresentar uma projeção que trouxemos para a apreciação dos senhores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Senhores e senhoras, como já adiantei, vamos apresentar o tema das ações de revitalização da CODEVASF em relação à Bacia do Rio São Francisco.

A empresa atua em várias bacias hidrográficas e começou a sua história pela Bacia do São Francisco, desde a sua antecessora, a Comissão do Vale do São Francisco, passando pela SUVALE — Superintendência do Vale do São Francisco e culminando com a CODEVASF, atual empresa.

Desde 1948 nós temos *expertise* em relação à Bacia do São Francisco. Nós, no ano 2000, passamos a atuar na Bacia do Parnaíba, que envolve os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, e avançamos, passando a atuar nas Bacias maranhenses do Itapecuru e Mearim, sabendo que, no São Francisco, nós temos alguns números significativos.

É importante verificar que, no somatório dessas bacias, atuamos em 1 milhão e 100 mil quilômetros quadrados — arredondando —, o que representa 18% do território nacional. Essa é a nossa área de atuação.

A nossa missão é promover o desenvolvimento das Bacias dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, pelo uso sustentável dos recursos naturais e pela estruturação de atividades produtivas para a inclusão social e econômica.

Ao longo da Bacia do São Francisco, nós estamos divididos tanto fisiograficamente, em relação à questão do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, quanto em superintendências regionais.

Em Minas Gerais, Estado que é o grande doador de água para a formação da Bacia do São Francisco, como já colocado pelo Anivaldo Miranda, nós temos, em



Montes Claros, a primeira superintendência regional, que a Deputada Raquel Muniz conhece muito bem.

A Bahia, que representa 49% do território onde a CODEVASF atua, está subdividida, no âmbito da CODEVASF, em duas superintendências regionais: a segunda, com sede em Bom Jesus da Lapa, e a sexta, com sede em Juazeiro.

Em Pernambuco, nós temos a terceira superintendência, em Petrolina.

Em Sergipe, temos, em Aracaju, a quarta superintendência.

Em Alagoas, em Penedo, está a quinta superintendência.

No Parnaíba, que abrange o Piauí, fica a sétima superintendência, localizada em Teresina.

A oitava superintendência, a última a ser criada, mais recentemente, tem as suas atribuições no Estado do Maranhão, com sede em São Luís, sua Capital.

Passo a tratar dos segmentos de atuação da CODEVASF. Atua na infraestrutura hidráulica — foi por aí que criou a sua história de promover o desenvolvimento regional a partir da irrigação —; na construção de canais de irrigação e drenagem; em estações de bombeamento; na geração de tecnologia de irrigação para o País — inovação tecnológica —, o que realmente atraiu a iniciativa privada para investir de forma bastante significativa nos polos de fruticultura: merecem destaque Petrolina e Juazeiro, mas cito ainda Jaíba e Formoso, em Bom Jesus da Lapa, como polos de produção de frutas e também de exportação.

Nós sabemos que grande parte da pauta de exportação de uva de mesa e de manga provém desses polos de irrigação implantados pela CODEVASF, que atraiu a iniciativa privada, quer nacional, quer multinacional.

Além disso, nós atuamos na construção de adutoras para o abastecimento urbano e também rural. Refiro-me a sistemas de abastecimento de água para áreas difusas nas comunidades rurais, principalmente no Semiárido, onde não têm acesso à água as populações carentes.

Entramos de forma maciça na instalação de cisternas, inclusive com inovação tecnológica. De forma rápida, nós implantamos mais de 180 mil cisternas, recentemente, por meio do Programa Água para Todos.

Há também os barreiros, que servem justamente para garantir a dessedentação animal nas crises hídricas, nas crises de seca cíclicas, que estão



mais constantes do que nunca — que o digam 2014 e 2015, não é, Anivaldo?, quando muito gado nas bacias leiteiras do Nordeste do País foi dizimado. Esse programa de implantação de barreiros é fundamental justamente para dar a segurança de que os animais não morrerão durante os períodos de crise hídrica mais acentuada.

Falo, ainda, dos poços artesianos, que são incorporados ao sistema de abastecimento de água, e da irrigação, como havia dito. Temos 35 projetos de irrigação — vamos falar sobre isso mais adiante — ao longo da bacia do São Francisco.

A revitalização, por fim, é hoje o nosso foco. É a recuperação hidroambiental de forma mais geral, é importante. Esse tema é fundamental. O Anivaldo aqui abordou esse tema de forma bastante reflexiva, e precisamos pautar isso em nível do Estado brasileiro. Não pode ficar, evidentemente, restrito à CODEVASF.

A CODEVASF tem a sua *expertise*, tem o seu domínio, tem uma equipe técnica profissional da mais alta qualidade, mas essa questão de revitalização tem que ser um tema da sociedade brasileira como um todo. Não pode ficar restrita ao Governo Federal, nem aos Governos Estaduais e Municipais. Eles, juntamente com a sociedade e suas representações, têm que tratar a revitalização como algo fundamental, significativo e estratégico para garantir o desenvolvimento regional.

Em relação aos arranjos produtivos, que é a economia sustentável, eu digo, Anivaldo, que nós estamos, por demanda do Ministro da Integração Nacional — o Ministro de Estado, Gilberto Occhi e a CODEVASF —, por esses dias, debatendo e construindo, junto com o Ministério, um programa de revitalização para os próximos 10 anos, o que tende a intensificar justamente essas ações. E já temos bastante experiência para dar às instituições do País, mas não só a CODEVASF, não só o Ministério, como também a ANA, o Comitê de Bacias, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura. Tem que ser realmente uma engrenagem muito azeitada, vamos dizer assim, para responder ao que a bacia está necessitando, não só a doadora, mas as receptoras também.

Essa integração é fundamental, Anivaldo. A revitalização tem que ser conjunta, da bacia doadora e da bacia receptora.



Então, nessa economia sustentável, é fundamental que seja concebido dessa forma, dentro do escopo da revitalização do São Francisco, porque aquele homem carente que está no Semiárido, sem sustentabilidade e sem condições de autonomia para a sobrevivência humana, vai degradar o meio ambiente, vai desmatar, vai produzir carvão para vender, vai caçar, vai praticar a pesca predatória. Então, o homem também tem que ser revitalizado. O ser humano tem que ser revitalizado. Ele tem que ter acesso à água para beber e ter inclusão produtiva para que ele se insira no mercado e deixe de degradar o meio ambiente.

E, dentro dessa economia sustentável, nós temos vários eixos em que atuamos, na parte da agricultura familiar, apicultura, aquicultura e pesca, cajucultura, mandiocultura, ovinocaprinocultura. E vou mais além: nós temos programas muito importantes, que são o Reniva e o Repalma. E a palma é fundamental para a nossa região, porque é uma planta que sustenta a pecuária nessas áreas de escassez hídrica.

Em relação às demandas de água, temos dois segmentos: os usuários consumidores e os não consumidores. Os consumidores são aqueles que têm água para beber, o abastecimento humano, o abastecimento animal; há o abastecimento industrial e a irrigação. Essas são as demandas de água em relação aos consumidores. O Anivaldo aqui falou que tem capitais que se abastecem com água do São Francisco, como Aracaju. Mas temos também outras cidades que, no seu conjunto, demandam muita água, como Montes Claros, Pirapora, Petrolina, Delmiro Gouveia, Juazeiro e tantas outras, e em todas as áreas difusas que dependem da Bacia do São Francisco, por ser um rio, o maior rio, inclusive, inteiramente nacional, que nasce e deságua no próprio País, que corta uma região de perda hídrica intensa, seja por infiltração, por consumo, ou por evaporação, que é todo o Semiárido.

Então, ele tem que ser olhado de forma mais peculiar, de forma mais especial, porque ele ganha muita água a partir do norte de Minas e a partir do oeste baiano, a região do Cerrado. Mas, a partir daí, onde as águas são geradas, são produzidas, ele passa por um déficit hídrico, em razão dessas perdas de que eu aqui falei ou pelo próprio consumo.



Temos as demandas de água também dos não consumidores, que é a questão da energia elétrica, a pesca, a aquicultura, a navegação, a recreação e o turismo, e outras demandas, como o turismo. Por que o artesanato? Porque tem produtos de artesanato que são produzidos pela vegetação da própria Bacia, do próprio rio. Ouricuri é uma delas, a taboa é outra delas, tem o junco, o buriti. Então, há tantas vegetações que produzem importantes artesanatos, além de produção de alimentos, principalmente o buriti.

E aí tem algumas fotos que ali estamos ilustrando, esses não consumidores. Aquela usina hidrelétrica que mostramos ali, com aquela foto aérea, é a de Xingó, que foi a última a ser construída pelo sistema CHESF. E aqui temos a distribuição dos projetos de irrigação ao longo da Bacia do São Francisco. Cada manchinha dessa vermelha são os projetos de irrigação, desde o Alto São Francisco até o Baixo São Francisco, próximo a sua foz, onde temos algumas concentrações de perímetros irrigados entre Sergipe e Alagoas.

Mas temos aqui também o maior projeto de irrigação em fase ainda de implantação, mas já em produção, com grande aspecto econômico importante para aquela região, que é o Jaíba. E, além do mais, o polo de que eu aqui havia falado, o polo Petrolina-Juazeiro, que é um exemplo de desenvolvimento regional, não só para o País, mas também para o exterior.

Então, esses projetos de irrigação, no seu todo, produzem, anualmente, segundo dados mais recentes, 1 bilhão e 800 milhões de reais. Isso é extremamente significativo. E, por meio de irrigação, nós temos fixado o homem ao campo e também atraído empresas, não só na parte da agricultura familiar. Vocês podem verificar que temos mais de 15 mil e 500 famílias que dependem dessa agricultura irrigada, mas também temos 1.125 empresas que produzem nessas áreas irrigadas das CODEVASF. Há alguns projetos sociais, localizados basicamente ali no Baixo São Francisco, e também recebemos agora dez projetos que estamos administrando diretamente, implantados pela CHESF em torno do lago de Itaparica. Hoje, a CODEVASF é a responsável por operar e assistir àqueles projetos.

Então, vejam bem, essa é a infraestrutura hídrica que está sendo planejada, várias delas em fase de construção e algumas em fase de operação.



Em operação eu destaco aqui o Canal do Sertão Alagoano, que tem 65 quilômetros já operando e terá uma extensão de 250 quilômetros, com uma vazão de 32 metros cúbicos por segundo. Mas temos vários canais projetados, como o Canal do Sertão Pernambucano, o Canal do Xingó, o do Eixo Sul, lá da Bahia, e também tem do PISF, seja do Eixo Norte, seja do Eixo Leste, em fase acelerada de implantação pelo Ministério de Integração Nacional, cujo tema foi muito bem abordado pelo Ministro Gilberto Occhi aqui nesta Casa, recentemente; que fez uma abordagem exemplar sobre esse assunto.

Aqui é o Canal do Sertão Alagoano e aqui são as duas tomadas do Eixo Norte e do Eixo Leste da transposição, do projeto de integração. Então, para atendermos, evidentemente, toda essa infraestrutura, não só a demanda atual, que já abordamos, mas essa demanda futura, nós temos que ter segurança hídrica permanente. E aí vem a questão que eu acho que tem de ser uma questão prioritária para atender, sem crise, todo o sistema de desenvolvimento regional extremamente necessário, porque vai desenvolver a região mais carente, diminuindo as desigualdades regionais do nosso País.

Todavia, é preciso água para promover esse desenvolvimento que está planejado. Então, tem-se água de forma constante, com segurança hídrica, a partir da revitalização. Nós temos que fazer um programa arrojado, continuado, ininterrupto. Eu acho que tem de ter um começo e não pode ter fim essa questão da revitalização, Deputado.

Então, nós estamos aqui caracterizando em algumas imagens, em suas extremidades, a questão da degradação ambiental. Aqui, pela primeira vez na história, no ano passado, secou a nascente histórica do São Francisco, lá em São Roque de Minas. E aqui, no extremo, é o Farol do Cabeço, que antes existia num povoado chamado Cabeço, lá em Sergipe. Esse farol ficava dentro do povoado, em volta, numa área urbana, de casas, de posto médico, de igreja, de praça, de tudo, mas hoje esse farol se encontra no meio do oceano. Então, esse desequilíbrio hídrico realmente está acontecendo, e temos que nos debruçar em relação a essas questões.

Aqui também tem alguns dados importantes, Srs. Deputados, senhores presentes. O assoreamento do São Francisco é algo realmente assustador. A



CODEVASF tem um contrato, um acordo de cooperação internacional com o corpo de engenheiros do Exército americano, e já chegamos a algumas conclusões, por meio desse acordo internacional, inclusive há resultados já divulgados em congressos internacionais e também na ANA, que mostram que a quantidade de sedimentos que são alocados ao longo da calha do São Francisco está na ordem de 22 milhões de toneladas de sedimentos ao ano, estando, por um lado, aterrando o rio e, por outro, perdendo o solo fértil do Cerrado, onde se produz agricultura, e é uma das referências do Brasil a produção de grãos e da pecuária na Bacia do São Francisco.

Então, essa questão também tem que ser bastante verificada e estudada, tomando atitudes, como a proteção de nascentes, para que justamente não aconteçam voçorocas como essa e também a falta de terraceamento e a falta de barraginhas que vêm causando esse assoreamento de forma bastante acelerada.

E aí nós fazemos esse paralelo. Aqui temos o mapa da região produtora de água, que eu aqui já havia falado — e não vou me estender mais —, o Alto São Francisco e o oeste baiano. Em relação ao Alto São Francisco, cerca de 74% a 75% das águas produzidas no São Francisco vêm do norte de Minas; em relação ao oeste da Bahia, entre 12% a 14% justamente vêm do oeste de Minas. Os demais são poucos doadores de água, mas são rios intermitentes que deságuam ou correm de forma contínua no período chuvoso e não no período seco, porque são intermitentes.

E aqui é o oposto, aqui são os doadores de sedimentos, por erosão, pelo solo desmatado e pela questão da ocupação do solo. E a forma de ocupação do solo precisa ser mudada para evitar a perda do solo, como aqui eu havia falado, naqueles quantitativos que são alarmantes.

Então, aqui nós temos mapeadas, por sub-bacia hidrográfica, as principais áreas de degradação e de perda de solos para o São Francisco.

E aqui se resume, por conta disso que abordamos, a importância não só do que já fizemos em relação à revitalização, porque a CODEVASF já fez muito, e o Comitê da Bacia também vem fazendo por meio de sua agência contratada, como também o Ministério do Meio Ambiente e a ANA, e muitos já vêm fazendo, mas precisamos intensificar. Tanto é que o Ministro da Integração Nacional, juntamente



com outros Ministros, numa recente reunião com a Presidenta Dilma, recebeu essa demanda de apresentar um programa de revitalização para os próximos 10 anos. E estamos contribuindo com a nossa parte, justamente para mudar a situação de degradação ambiental para uma situação de recuperação ambiental.

Agora vamos mostrar alguns números do que a CODEVASF já vem fazendo, já vem implementando, e os resultados em vários temas que compõem a nossa carteira de revitalização da CODEVASF.

Uma delas é a parte de esgotamento sanitário. Nós temos 133 projetos, em vários níveis, em todos estes Estados: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, totalizando — e se vocês quiserem alguns números, depois colocaremos aqui à disposição de vocês, de forma detalhada e com valores já aplicados — 1 bilhão e meio na parte de esgotamento sanitário na Bacia de São Francisco.

Aqui está a nossa atuação ao longo da calha do São Francisco, onde temos esgotamento sanitário. E já foi demonstrado que nós atuamos também na Bacia do Parnaíba, como já havia falado.

Em relação aos resíduos sólidos, nós temos sete projetos distribuídos nesses Estados e aplicamos cerca de 30 milhões na parte de resíduos sólidos.

Na parte de abastecimento de água, nós aplicamos cerca de 400 milhões em 528 empreendimentos ao longo da Bacia do São Francisco. Estão aí os números e também, de forma figurativa, de forma ilustrada, as nossas ações em todos os níveis de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, e assim por diante.

Também aqui o mapa que mostra onde temos abastecimento de água dentro da faixa dos 15 quilômetros, a partir da margem do São Francisco. E, dentro dos 15 quilômetros, nós temos essa parte de sistemas simplificados de abastecimento de água, levando água tratada para as comunidades difusas ao longo da Bacia do São Francisco.

Em termos de economia sustentável, na parte de inclusão produtiva, que já havíamos falado, nós temos 27 ações basicamente que estão aqui distribuídas. São todas aquelas nos Estados que eu mencionei. Perfazem um total de 110 milhões, arredondando, de investimentos gerados na parte de economia sustentável.



Em relação a processos erosivos, eu quero me deter nisso, porque eu acho que esse é o grande foco que temos que nos debruçar, sem desconsiderar evidentemente os demais. Resíduos sólidos não é só um problema nacional, é um problema mundial. No que se refere ao esgotamento sanitário, nós temos que não colocar água poluída no São Francisco. É fundamental que se continue com essas ações evidentemente. A parte de abastecimento de água, para quem não tem acesso à água, é vital para a população.

Porém, em relação à revitalização, da parte da recuperação hidroambiental, de estancar o processo erosivo, nós temos que investir pesadamente nisso. Nós estamos propondo e debatendo isso dentro do Ministério da Integração Nacional, para ter esse foco de forma prioritária, a fim de recuperar as nascentes, proteger e recuperar as matas ciliares, não só as nascentes de forma pontual. Nascente é uma questão que mostra a saúde ou não do rio, mas a nascente, por si só, não sobrevive. Ela tem que ter a área de recarga protegida, para a água infiltrar e a nascente continuar viva.

Então, nós temos que avançar nessa questão dos processos erosivos em que nós aplicamos quase 204 milhões de reais. Queremos a sociedade abraçada conosco. Já participamos recentemente da plenária do Comitê da Bacia de São Francisco, justamente discutindo essa questão em Petrolina, onde sinalizamos para o Anivaldo essa parceria fundamental com toda a sociedade da Bacia, para podermos avançar nesse segmento dos processos erosivos.

Nos processos erosivos, nós temos o terraceamento, e quero dizer alguns números. Em questão de terraceamento no Estado de Minas, que é o grande doador de água, nós já implementamos 7 mil e 500 quilômetros de terraços construídos. Já recuperamos mil nascentes, e tenho me empenhado, ainda neste ano de 2015, para recuperar mais mil. É suficiente? Não, mas é um grande passo, fundamental, eu diria.

São números que não podem ser desconsiderados, muito pelo contrário. São exemplos para a Bacia do São Francisco e para o Brasil. Queremos avançar muito em relação a isso pela sua necessidade. E também há estradas ecológicas. Temos várias estradas vicinais ao longo da Bacia que também geram erosão. Nós temos que reter erosão também nas estradas vicinais.



Nas estradas ecológicas há todo um procedimento, que está sendo mostrado nessa figura, para conter os processos erosivos, inclusive não só nas encostas, acima das nascentes, mas também ao longo das estradas vicinais.

Aqui há uma nascente protegida.

Ao longo da Bacia, temos a ação de processos erosivos. Em todos os Estados da Bacia, estamos pulverizando nossas ações, estamos ampliando muito nossas ações.

Aqui é um resumo geral do Programa de Revitalização, no âmbito da CODEVASF e do Ministério da Integração Nacional, de 2007 a 2015: esgotamento sanitário, já vimos, 1 bilhão e 500 milhões; sistemas de abastecimento de água, 400 milhões; processos erosivos, 203 milhões; ligações intradomiciliares, 65 milhões; resíduos sólidos, 30 milhões; e economia sustentável, 110 milhões, perfazem um investimento no Programa de Revitalização pela CODEVASF de 2 bilhões e 400 milhões de reais, desde 2007 até os dias atuais.

Queremos avançar com isso e queremos o apoio da sociedade para justamente respondermos eficientemente a toda a população do São Francisco que espera tanto de nós.

Muito obrigado por esta oportunidade. O próximo eslaide é justamente sobre esse agradecimento.

Estamos à disposição com toda a nossa equipe da CODEVASF para responder alguns questionamentos, não só agora, mas também no dia a dia, para projetar de forma integrada, seja com o Parlamento Nacional, seja com as instituições públicas e com a sociedade como um todo.

Muito obrigado mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao Dr. Eduardo Jorge pela apresentação.

Nós prezamos de suma importância, a partir do que foi planejado, do que necessita ser feito, que — e inclusive aqui foi proposto antes do final geral da Comissão — que nós possamos ouvir a área econômica do Governo na Comissão, o Ministro Levy ou a quem ele delegar, para evitarmos o contingenciamento de recursos, não somente da obra física — e eu sempre repito isso —, mas da estrutura



necessária que nós prezamos ter na questão da revitalização, das ações de saneamento, da formatação de recursos humanos.

É de suma importância nós termos clareza de que os órgãos necessitam de recursos humanos para fazer esse Comitê de Gestores, a fim de que nós possamos ter, nas instâncias administrativas, os recursos humanos necessários para tocar a pactuação, sob pena de ficar desassociado, sem ter, na estrutura, servidores com capacidade técnica para fazer o debate e levar o pacto à frente.

É um modelo de gestão novo. Nós não temos ainda, eu creio, *expertise* de fazer nenhuma transposição assim nesse nível, envolvendo um quantitativo de população e de gestores que precisam ser pactuados.

Repito o que ultimamente estou sempre dizendo, Deputado, que aquele professor disse que uísque é para beber e, daqui a alguns dias, água é para brigar. (*Riso.*) Um professor disse isso aqui, quer dizer, para não gerar essa briga, esse desconforto de ter a água próxima de nós e não se chegar a um consenso para nós otimizarmos.

Lado a lado com isso, a questão do reuso de água, da cultura, da educação em termos do desperdício de água, tudo isso precisa ser interligado e ter feito essa pactuação.

Passo a palavra à Deputada Raquel Muniz para suas intervenções.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero parabenizar o nosso Presidente pela audiência de hoje. Cumprimento o Sr. Anivaldo e o Sr. Eduardo Jorge.

De todos os que já estiveram aqui, Eduardo, você hoje, com sua fala, acabou me comovendo, quando coloca que nós temos que revitalizar o homem.

Eu faço um desafio a todos. Quando você apresenta as cifras do saneamento, da revitalização, de tudo o que foi apresentado, em que consiste nós trabalharmos essa questão da educação com a população?

Além disso, eu gostaria de dizer que a sua colocação nos faz repensar também que é preciso fazer uma divulgação disso, porque muitas vezes as pessoas não sabem o quanto já foi feito, especialmente na revitalização, porque as pessoas têm essa preocupação se nós vamos ser doadores mesmo de água em Minas Gerais.



Quero também, Sr. Presidente, pedir sua licença para entregar para os Deputados e para a Mesa um convite para a Exposição Agropecuária de Montes Claros. Por que eu estou fazendo esse convite aqui? A CODEVASF tem assento nessa exposição há muitos anos, tem um estande maravilhoso. Faço um desafio para que V.Exas. possam utilizar esse estande para nós falarmos dessa revitalização lá também. É uma equipe muito competente que há na superintendência. Talvez até tenham programado, mas para dar uma ênfase nisso, quero dizer que são 12 dias de exposição. Seria muito importante, agora com essa mudança de diretoria na CODEVASF, nós termos oportunidade de receber lá também o Presidente.

Nós fomos a Minas, junto com o Ministro Gilberto Occhi, para fazer o lançamento da barragem de Congonhas, e nós já o havíamos convidado. Então, quero que V.Exas. nos ajudem a reforçar isso, para que nós possamos ter essa presença na abertura, que será na quinta-feira, às 18 horas.

Convido aqui também toda a Comissão. Tenho certeza que a CODEVASF vai estar lá. Quero muito que estejam lá fazendo esses esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos à Deputada o convite. S.Exa. nos recepcionou muito bem em Minas, em Montes Claros e também em Pirapora.

Passo a palavra ao Deputado Beto Rosado.

O SR. DEPUTADO BETO ROSADO - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Motta, Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da CODEVASF.

Gostaria apenas de uma explanação a respeito desses recursos da revitalização. O senhor citou que são 2 bilhões e 300 milhões em torno de recursos alocados para a revitalização de São Francisco e 1 bilhão e meio para o saneamento básico.

A minha primeira pergunta é se esse recurso está partindo do Ministério da Integração Nacional ou é uma ação com o Ministério das Cidades, que também tem ações de saneamento. O Governo Federal está fazendo uma somatória de todo o



aporte da União em torno do leito de São Francisco ou é exclusivo do Ministério da Integração Nacional?

A respeito dessas nascentes que estão revitalizadas, o senhor falou que mais de mil nascentes já foram atendidas. O senhor está usando nascente em alguma unidade de espaço físico ou são as nascentes que estão entrando no São Francisco? Em torno de quantos mil quilômetros o senhor falou que já estão revitalizados? Eu não peguei esse dado na hora da apresentação.

E, para conhecimento próprio, eu como engenheiro agrônomo também, quais são as plantas e árvores que estão sendo mais utilizadas para essa revitalização?

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Nós temos aqui uma equipe de multiprofissionais — e eu gostaria de ter a participação deles —, mas deixo aqui claramente, Deputado, que nós apresentamos números, valores correspondentes ao Ministério da Integração Nacional e à CODEVASF exclusivamente.

São recursos do PAC, monitorados pela SEPAC, Secretaria do PAC, que tem como gestor principal o Ministério do Planejamento. Então, essa é a composição, e esses são recursos exclusivos para o Ministério da Integração Nacional e CODEVASF, que são repassados para a CODEVASF operar. Nós somos um braço operador do Ministério da Integração Nacional pelo nosso vínculo com esse Ministério. Não estão somados recursos de outros Ministérios, como o da Cidades, e aí não aparece FUNASA. Há outros agentes, outras instituições complementares com outros recursos.

Como eu aqui havia falado, há alguns números que eu acho significativos. Eu falei de 7 mil quilômetros de terraceamento implementados, de mil nascentes recuperadas, mas eu esqueci um dado. E quero aproveitar aqui essa oportunidade para entregar ao Presidente desta importante Comissão da Transposição do São Francisco e Programa de Revitalização, Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Plano Nascente da CODEVASF, que foi lançado neste ano, no dia 23 de março, por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Água. E o Ministro Gilberto Occhi, na CODEVASF, fez o lançamento do Plano Nascente.

O Plano Nascente é um plano de Estado, porque procura justamente um modelo diferente de ocupação do solo e das ações produtivas do Rio São Francisco.



É fundamental preservarmos a produtividade e a rentabilidade dos setores agrícola e pecuário nacionais, mas precisamos de água e de solo para isso.

Então, nós estamos justamente entregando em mãos esse Plano Nascente, que deixo à disposição desta Comissão. Eu gostaria que ele fosse aberto e que a capa fosse mostrada, por favor. *(Exibe documento.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Plano Nascente: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do Rio São Francisco, editado já agora em março de 2015. Com certeza, esse plano vai dar subsídios à nossa Comissão para podermos também já trabalhar dentro dessa visão da necessidade de implementação desses planos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - O nosso fotógrafo está lá atrás, e eu gostaria de pedir para ele tirar uma foto, também com o Dr. Anivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Solenemente, para comprovar.

Venham para cá também o nosso Relator, Deputado Rômulo Gouveia; a Deputada Raquel Muniz, uma presença feminina; e o receptor, o Deputado Betinho.

(Pausa prolongada.)

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Outro dado importante, Deputado, é que também nós estávamos com o Ministro Gilberto Occhi, no dia do lançamento desta edição do Plano Nascente, comemorando a recuperação de mil nascentes, comemorando o terraceamento de 7 mil quilômetros e também comemorando — eu não havia falado e agora eu expresso — a construção de 40 mil barraginhas acima das nascentes, para conter o processo erosivo, para manter as nascentes vivas e para fazer com que a água caída seja infiltrada e brote justamente a jusante, fazendo com que a nascente fique viva e o rio, saudável.

Então, esse é o Plano Nascente, é um plano que envolve a integração nacional em relação à questão da revitalização da Bacia do São Francisco. São 40 mil barraginhas construídas. E, por meio desse Plano Nascente, numa primeira etapa, nós propomos a recuperação de 10 mil nascentes. Mas já estamos iniciando a recuperação de 2 mil, 20% garantidas, porque mil foram concluídas e mil estão empenhadas para serem recuperadas neste ano ainda de 2015.



O SR. DEPUTADO BETO ROSADO - São 40 mil construídas?

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - São 40 mil barraginhas construídas acima das nascentes, para conter o processo erosivo, para que ela não seja aterrada, para que não morra, para que continue com vitalização e para fazer com que aconteça a infiltração no solo das águas da chuva.

O SR. DEPUTADO BETO ROSADO - Eu gostaria de solicitar ao nosso Presidente um exemplar para cada membro da Comissão.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Estamos com esse desafio, Dr. Sérgio Henrique. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO BETO ROSADO - São uns 20, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Pelo menos para os presentes.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Vai ser um prazer, um orgulho muito grande. Eu agradeço.

Agora, quero também anunciar uma coisa para todos os presentes: consta esse plano no *site* da CODEVASF. Então, na página principal, na barra de rolagem, na coluna direita, mais abaixo, há essa capa do Plano Nascente. Quando se clica, aparece justamente um resumo, com a foto do Ministro no lançamento do plano. Lá há um *link* para se baixar o Plano Nascente. Então, toda a sociedade brasileira tem acesso a ele.

Realmente, a edição foi bastante limitada, não há exemplares disponíveis para todos. Precisamos apresentar o plano para todos os Governos Estaduais. Nós o entregamos ao Comitê da Bacia do São Francisco, mas precisamos atender pelo menos às associações dos Municípios de cada Estado, a outras associações não governamentais que existem ao longo da Bacia e justamente ao Parlamento. É uma honra estar aqui presente. Vamos fazer essa distribuição, mas vocês têm acesso pelo *link* no *site* da CODEVASF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Deputado Rômulo Gouveia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente, convidados Anivaldo de Miranda e Eduardo Jorge, demais Deputados e Deputadas, membros que integram a Comissão, servidores desta Casa, eu acho que essas reuniões e esses debates têm sido muito proveitosos. Na verdade, nós vimos num ciclo de



vários debates e várias discussões. Inclusive, a própria presença do Ministro e sua ida à Pirapora e, no Rio Grande do Norte, a Mossoró, tudo isso tem sido extremamente positivo. Esteve também recentemente no Ceará, como colocou o Presidente.

Eu destaco alguns aspectos. O primeiro é que a obra é irreversível, tanto pelos investimentos como pela necessidade. Há o entendimento, desde o início, de que não se pode ter transposição matando o rio. Então, os investimentos para as comunidades ribeirinhas têm que ser os maiores possíveis, tanto é que a primeira audiência desta Comissão foi na nascente, lá em Pirapora. Se o que os olhos não veem o coração não sente, lá pudemos sentir e ouvir, numa iniciativa da Deputada Raquel Muniz.

Por outro lado, Sr. Presidente e Sr. Eduardo, acho que, a esta altura dos acontecimentos, nós não podemos pensar em transposição para irrigação, para a indústria, para qualquer outro tipo, senão para beber. A verdade é que, no meu Estado da Paraíba, o que nós queremos é água para beber, porque há cidades, Anivaldo, como a minha Campina Grande, em que há risco de colapso por falta de água para beber.

Então, diante do quadro e da situação, é preciso se refletir, inclusive, sobre os projetos. Já há dados que comprovam que o consumo humano é bem menor do que o consumo de irrigação. Às vezes, até pelo desperdício, a tecnologia tem que ser revista. Até mesmo quem utiliza hoje a irrigação tem que rever o modelo adotado.

Inclusive, por isso, é importante a presença da ANA, que não foi possível nesta reunião de hoje, para que haja maior monitoramento, maior fiscalização. Como disse o Presidente, é preciso brigar mesmo hoje, para podermos ter economia e controle, porque todos nós aprendemos que a água era infinita. Hoje já se viu que não é mais. Então, essa era a minha observação.

Quero, de forma sincera, dizer que todas as preocupações, todas as exposições feitas foram extremamente prudentes e são bem-vindas. Quero parabenizar o Deputado Adail Carneiro pela iniciativa. Há requerimento de minha autoria também. Era isso o que eu queria dizer. Mas a preocupação hoje, Eduardo, Anivaldo, é com a água para beber. A situação hoje é crítica, e o problema atinge os humanos e os animais. Então, obviamente também não podemos dizimar o gado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos indagar ao Dr. Eduardo a questão do assoreamento. O que vem agravando a situação? V.Sa. afirmou que há cerca de 2 milhões de toneladas por ano. Quer dizer, o que anualmente vem agravando a situação para aumentar essa faixa? Há uma ação mais concreta? Em que trechos também efetivamente se verifica o assoreamento? A outra questão é a seguinte: para esse plano de 10 anos, como está a previsão de fluxo de orçamento? Pergunto isso porque uma das missões desta Comissão é tentar, efetivamente junto à área econômica, evitar os contingenciamentos, senão o prejuízo vai ser maior.

A mesma pergunta faço ao Dr. Anivaldo. Em termos de funcionamento de todo o Comitê, que dificuldades surgem para implementar as ações e promover as reuniões *in loco*? Qual estrutura se tem para dar condições efetivamente ao Comitê para que desempenhe os seus trabalhos? Então, essas são as nossas indagações para depois nós concluirmos as considerações finais.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Eu resumiria dizendo que precisamos estancar os processos erosivos. Essa quantidade de sedimentos que está sendo carregada para a calha do Rio São Francisco gera várias consequências. Restringe-se ou elimina-se a possibilidade da navegabilidade; restringe-se a captação de água para o abastecimento das cidades ribeirinhas e para os projetos de irrigação; aumenta-se o espelho d'água, porque se torna mais raso; aumenta-se a evaporação, passando a perder mais água.

Há uma questão sobre a qual nós temos que refletir: o solo não volta; a água volta, por meio da evaporação. Ela vai para o oceano e, no oceano, evapora. Segundo as correntes que existem na climatologia, a água pode voltar para o seu local de origem por meio das chuvas, por precipitação. Já o solo perdido, cuja composição foi produzida por bilhões de anos no planeta Terra, uma vez perdido na calha, não volta. Para desassorear, o investimento é altíssimo, altíssimo!

O mais barato é evitar que o solo vá para a calha. Inclusive, uma vez na calha, ele também vai fazer com que a vida útil das hidrelétricas diminua. Então, é uma questão vital, porque, se aterrados, os reservatórios terão vida útil menor. A contenção desses solos é estratégica para o País. De que forma? Por meio da ocupação, pelas boas práticas de manejo do solo. O terraceamento é fundamental, a



construção das barraginhas também é essencial e a proteção das nascentes é importante para manter o rio vivo e com saúde. Então, é um somatório desses componentes.

A própria sociedade tem que enxergar isso. Os pequenos, médios e grandes produtores têm que enxergar que, se contiverem o seu solo, vão produzir bem e por muito mais tempo. Então, a solução são as boas práticas de manejo. Elas existem e estão sendo adotadas. Nós somos indutores de boas práticas, mas poderão existir outros indutores, porque a responsabilidade não cabe só a uma instituição. O financiador da produção financia, desde que haja boas práticas de manejo do solo, boas práticas de agricultura. Então, isso daí vem evitar que percamos o solo que já está sendo perdido para a calha do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - E, em termos orçamentários, como será no prazo de 10 anos?

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Veja bem, em relação à questão orçamentária, Deputado, ainda é embrionária essa proposta do plano para os próximos 10 anos. A CODEVASF está apresentando ao Ministério da Integração a parte que lhe coube, a demanda justamente atribuída pelo Ministro Gilberto Occhi.

Na semana passada, em uma reunião em Petrolina, ele divulgou que vai ser anunciado para a sociedade o plano de revitalização para os próximos 10 anos. E a Presidenta da República vai anunciá-lo, porque demandou não só o Ministério da Integração, mas o Ministério do Meio ambiente, o Ministério do Planejamento, a própria CODEVASF. Então, há um corpo institucional mais abrangente. E nós ainda não temos, o próprio Ministério ainda não tem, esses números definidos, porque ainda estão em construção, apesar de se dizer que o processo está avançado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Com a palavra o Sr. Anivaldo.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO- Sr. Presidente, eu queria voltar à minha exposição rapidamente, apenas para mostrar algumas ações do Comitê.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Comitê não só faz articulação institucional ou atua como primeira instância para solução de conflitos ou promove debates e pesquisas na Bacia, mas também aplica o dinheiro da cobrança pela água bruta em alguns projetos demonstrativos, a



exemplo do que a CODEVASF também faz. O Comitê faz recarga de aquífero, recomposição florestal, adequação de estradas vicinais para impedir a erosão dos solos, recuperação de nascentes.

Antes disso havia outras imagens, que se perderam. Mas tudo bem, eu estava apenas mostrando alguns dos nossos projetos de recuperação hidroambiental.

O Comitê também financia planos de saneamento básico para vários Municípios. Agora nós vamos entrar em contato com o Governo Federal e dizer o seguinte: nós fizemos a nossa parte e agora queremos a contrapartida para que os Municípios recebam os recursos.

De que o Comitê precisa? Do que todos os comitês de bacia precisam. A lei criou os comitês de bacias como base da pirâmide do sistema nacional de recursos hídricos, só que nós não temos sequer uma dezena de comitês federais formados neste País. Comitês estaduais nós temos cerca de duzentos. A maior parte desses comitês não conta com qualquer tipo de financiamento, porque na sua incubação eles precisam, evidentemente, dos Estados para poder funcionar.

Os senhores sabem que democracia participativa é uma grande ideia, uma grande intenção, mas, quando se chega à prática, ela incomoda. É evidente que em nosso País, com toda a carga colonial, o Estado sempre foi o grande tutelador da sociedade, o Estado não gosta muito de dividir poderes com a sociedade. Mas, no caso da gestão da água, ou o Estado divide com a sociedade e a iniciativa privada a gestão disso, ou o Estado, isoladamente, não terá condições de resolver esses desafios.

Nós estamos falando aqui de algumas ações que a CODEVASF está fazendo na revitalização. Entretanto, no contexto do desafio, isso ainda é absolutamente distante do que é necessário.

Vou só dar um exemplo rápido. O que é que está se demandando hoje na Bacia do São Francisco? Alguns megaprojetos, como, por exemplo, o corredor multimodal. O Banco Mundial está envolvido na criação desse corredor multimodal, recuperando as grandes hidrovias do São Francisco, desde Pirapora, em Minas Gerais, até Petrolina e Juazeiro, entre Pernambuco e Bahia.



É um projeto de alguns bilhões, mas perguntamos: em um contexto de crise como este — é o mesmo dilema da transposição —, haverá água suficiente para se permitir uma hidrovia? A hidrovia é maravilhosa. A hidrovia custa, em termos de transporte, nove vezes menos do que o transporte rodoviário. É o ideal. Ferrovia, quatro vezes menos. Mas este é um país infelizmente que se equivocou, porque é um país continental que apostou em transporte rodoviário e abandonou as outras formas de transporte.

Além disso, incontáveis pequenas unidades hidrelétricas estão previstas nos principais afluentes do Rio São Francisco, sobretudo em Minas Gerais e na Bahia. Haverá disponibilidade hídrica para tudo isso? Além das grandes barragens, um conjunto de pequenas unidades pode ter um impacto muito maior do que uma grande barragem. Alguma avaliação estratégica ambiental foi feita em torno disso? Não. Uma pequena unidade hidrelétrica não apresenta grande impacto, mas dez podem ter um impacto conjunto muito maior do que uma grande barragem — e essas coisas não estão sendo feitas.

O próprio IBAMA, ao licenciar essas vazões reduzidas, até agora resiste em fazer um grande estudo de impacto ambiental dessa redução, que já vai para 3 anos. A justificativa para não se fazer isso era a necessidade de um tempo prolongado, mas já se vão 3 anos. Qualquer estudo de avaliação estratégica já poderia ter sido feito, mas não se faz. Quer dizer, quiseram fazer isso no início, depois abandonaram a ideia.

Novos projetos de irrigação estão previstos na própria Bacia do Rio São Francisco, além dos que já existem. Citou-se aqui o Projeto Jaíba, que é o maior produtor de sementes no País. Ele foi previsto para 100 mil hectares, e até agora não chega a cerca de 20 mil hectares, e ainda há um espaço ocioso de 80 mil hectares. O contexto geral da irrigação na bacia é de cerca de algo mais do que 300 mil hectares. A bacia tem uma capacidade de irrigar 800 mil hectares, mas isso está virando, cada vez mais, uma ficção, porque não há água disponível.

O Deputado está falando aqui com toda razão. É preciso, em primeiro lugar, tentar resolver o problema do abastecimento humano, que é fundamental. Depois, pensaremos na disponibilidade hídrica para projetos de irrigação aqui e nas transposições.



Ocorre que nós precisamos primeiro fazer um grande pacto das águas. Ou fazemos um grande pacto das águas dentro da Bacia do São Francisco ou nós caminharemos para uma dissintonia total. E aí estaremos construindo a equação do conflito, e não a equação do diálogo.

Além disso, o Governo tem novos projetos de irrigação — a iniciativa privada também —, projetos de usinas nucleares. Pare se fazer uma usina nuclear tem que se usar a água do Rio São Francisco. É uma água que volta para o rio, mas volta com uma temperatura muito maior. E há impactos, dependendo da tecnologia a ser usada.

Existem projetos também para se fazer a exploração do gás de xisto, que é uma das tecnologia mais polêmicas. Inclusive nos Estados Unidos, onde se está usando muito isso, a polêmica é muito grande em relação aos impactos que isso causa nos aquíferos e a utilidade dessa exploração, que evidentemente não se discute. Mas qual é o preço socioambiental que ela cobra?

Novos canais estão previstos: o Canal do Sertão, em Alagoas; o Canal do Xingó, para Sergipe; o Canal do Sertão Baiano, para a Bahia. Existe um projeto de transposição para o Piauí a partir também do Lago de Sobradinho. Existe tudo aquilo que eu já citei: corredor multimodal, gás de xisto, novos projetos de irrigação, pequenas hidrelétricas e por aí vai. A própria CHESF está com esse projeto sobre o qual eu falei aqui de mais dez barramentos na Bacia do Rio São Francisco, que não estavam previstos antes nessa conta.

Aí eu pergunto: temos água para tudo isso? Existe um acordo para se realizarem de fato todos esses projetos? Esse pacto das águas é urgente. Eu acho, Deputado, que nós precisamos pensar em grandes projetos, não só em relação à Bacia do São Francisco, como em relação à própria região Nordeste e à região semiárida.

O Brasil tem um projeto para a região semiárida? Nós nos debruçamos sobre os impactos da última seca no nosso Semiárido, que foi devastadora. A mídia, por acaso, fez uma repercussão dessa grande tragédia? Eu não estou culpando a mídia, eu sou jornalista, sei como é o fluxo de informações. Seguramente, ela não foi, digamos assim, corretamente sensibilizada para isso, porque é uma realidade que fica um pouco escondida no mar de problemas que o nosso País tem. Mas foi uma



tragédia. O Brasil tem um projeto para enfrentá-la? É possível enfrentar as grandes secas na região. Estamos no século XXI, temos tecnologia para isso, mas é preciso ter um grande projeto, assim como para as nossas grandes bacias é preciso ter projeto.

Foi necessário que a seca ocorresse no Paraíba do Sul e afetasse o coração das nossas maiores regiões metropolitanas, que são Rio de Janeiro e São Paulo, para que a questão da água viesse à tona.

Eu espero que nós todos — e aí nós todos, inclusive nós do Comitê nos incluímos nisso — possamos aprender essa lição, para transformar o conflito em diálogo e em solução real, porque os desafios deste século são muito maiores do que nós estamos percebendo neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos comunicar aos Parlamentares que, ao liberarmos os nossos convidados, teremos dois requerimentos ainda para votar.

De antemão, quero agradecer ao Dr. Eduardo pela grande contribuição que apresentou à nossa Comissão, trazendo também o Plano Nascente — que será a nossa bíblia aqui para podermos ler junto com os demais Parlamentares —, como também agradeço a avaliação do Dr. Anivaldo. É o que temos observado.

No início nós, os integrantes da Comissão, pensávamos que a missão da Comissão seria avaliar o andamento das obras, as questões físicas propriamente ditas, algumas questões da execução da obra e da utilização da água. Mas a Comissão está tendo uma missão muito maior, que é a de ser uma Comissão que propõe, justamente, a mediação, ouvindo Secretários, ouvindo entidades do Governo Federal, Estadual e, também, Municipal. A Comissão está fazendo isso para que, através desta Casa, através deste Plenário, nós possamos fazer a mediação, cobrando soluções de cada instância governamental.

O Presidente, Eduardo Cunha, paralelo a essas Comissões, estabeleceu uma Comissão específica, para que, até o final do ano, nós tenhamos a revisão do pacto federativo. Através da revisão do pacto federativo, nós poderemos ter o fortalecimento do Município, da missão do Estado, da missão da União e ver as



fontes de recursos, também, dentro do pacto federativo. Dessa forma, poderemos estabelecer as parcerias a fim de otimizar todos esses investimentos.

É triste ver determinadas obras serem conclusas, e a população não se beneficiar, direta e rapidamente, daqueles investimentos realizados. E a questão hídrica é uma questão que perpassa partidos políticos, perpassa governantes, é uma questão de suma importância para o fortalecimento de todo o nosso processo democrático.

Então, já agradeço aos dois participantes. Concluo a primeira fase da nossa reunião, liberando os componentes da nossa Mesa, já para dar sequência à nossa reunião. Parabéns! Muito obrigado.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Obrigado a todos. Em nome do Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, Felipe Mendes, digo que é uma honra poder ter estado aqui presente nesta importante audiência pública.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Avise para o Sr. Felipe e para a equipe toda que nós estamos esperando a CODEVASF lá em Montes Claros.

O SR. EDUARDO JORGE DE OLIVEIRA MOTTA - Sra. Deputada Raquel Muniz, esse convite vai hoje mesmo para as mãos dele.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO - Em nome do Comitê, também agradeço o convite. Peço licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Estamos às ordens.

Dando sequência aos trabalhos, informo que o Deputado Adail Carneiro não teve tempo ainda de aqui comparecer, porque está na reunião de Liderança.

Havia um requerimento do Deputado Macedo, e nós estamos retirando de pauta o requerimento a pedido de S.Exa.

Então, deixe-me ver a sequência.

Há um requerimento do Deputado Rômulo Gouveia, que *“requer a realização de Seminário em Campina Grande-PB para exibição e discussão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como ‘Transposição do Rio São Francisco’*,



requer ainda visita técnica ao Eixo Leste em Monteiro/PB". O Seminário seria após as festas de São João, porque nessa época não haveria quórum.

Antes de passar a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia, eu indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata ou se V.Exas. poderiam pedir dispensa da leitura.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Eu peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Então, acatando a dispensa da leitura das atas anteriores, coloco-as em votação. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Parlamentar que queira se manifestar em relação às atas anteriores, declaro-as aprovadas.

Concedo a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia, para tratar do Requerimento nº 26, de 2015.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente, a exemplo do que realizamos em Pirapora e no evento em Mossoró, estou propondo, apresentando e pedindo apoio dos meus pares para nós fazermos, primeiro, dois em um. Eu acho que há condição de nós tentarmos sobrevoar, fazer algo... E, então, requerermos o apoio, inclusive, do Exército — já fizemos esse trabalho antes — e, ao mesmo tempo, fazermos um seminário.

Obviamente, seria muito bom que fosse com os festejos juninos, mas os festejos juninos se encerrarão no domingo, dia 5. Podemos ver em julho ou, então, em agosto, com planejamento, com tempo suficiente para nós podermos realizar esse evento, se a Comissão aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Em votação o requerimento do Deputado Rômulo Gouveia, para fazermos esse seminário em visita técnica ao Eixo Leste em Monteiro, na Paraíba. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, aprovado o requerimento.

Eu quero comunicar aos membros da Comissão e aos assessores que nós iremos, ainda neste semestre, verificar quais são aqueles requerimentos cujos palestrantes ainda não comparecerem, para nós agendarmos. Daremos prioridade aos requerimentos de debate para que, no segundo semestre, nós possamos fazer um calendário das visitas externas, dando sequência ao trabalho dessas Comissões.

A nossa Secretária, Mirna, vai depois estabelecer quais seriam os novos



debates, os novos convidados e, a partir daí, verificaremos quais são os requerimentos já aprovados para deslocamento da Comissão, para debatermos *in loco* todas estas questões da nossa transposição.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, já convocando outra reunião para a próxima terça-feira, em Plenário a ser ainda definido e, também, com a oficialização dos convidados que virão para o debate.

Muito obrigado a todos e boa tarde!